



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680982 - SP (2021/0223821-6)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : MARCELO FERNANDO DE ARAUJO
ADVOGADO : MARCELO FERNANDO DE ARAUJO - SP252549
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO FERREIRA NEVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO FERREIRA NEVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 1505219-37.2018.8.26.0050).

O paciente foi condenado à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial semiaberto pela prática do crime previsto no art. 155, §§ 1º e 4º, inciso IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta constrangimento ilegal na fixação do regime de cumprimento de pena, uma vez que foi reduzido o montante da pena aplicada ao paciente, as circunstâncias judiciais são favoráveis e o delito não se revestiu de violência ou grave ameaça à pessoa. Alega que não há incompatibilidade entre o regime aberto e a reincidência do sentenciado.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem para estabelecer o regime aberto ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente